

ANO 8 - NÚMERO 96 - OUT 2022

apuri

SOCIOAMBIENTAL

R\$ 15

Foto: Sonia Guajajara / Divulgação

MULHERES AMPLIAM BANCADA FEMININA NO CONGRESSO NACIONAL

p. 08

BIODIVERSIDADE

Bichos de cabelo: os "da mata" e os "de casa"

p. 15

MEIO AMBIENTE

Sincis de Chegadas

p. 30

COMPORTAMENTO

A latitude da moralidade

p. 45

#SomosTodosCaixa



**O Pessoal da Caixa abre os braços
pra junto com o povo brasileiro fazer este país**

Campanha da FENAE em defesa da Caixa pública e social
e da valorização do Pessoal da Caixa

Faça pa
e



A Caixa está presente na vida dos brasileiros. Defender o banco e a valorização dos seus empregados é essencial para a instituição continuar pública e à serviço da população.

Esse é o propósito da campanha **#SomosTodosCaixa**. Nossa maior meta é restaurar a democracia e reconstruir o Brasil, com a Caixa pública atuando no desenvolvimento social e econômico. **#SomosTodosCaixa** é a vontade dos empregados da Caixa por um Brasil público e social.



Para fazer parte deste movimento, acesse www.fenae.org.br/somostodoscaixa e saiba mais. Aponte a câmera do celular para o QR Code



www.fenae.org.br/somostodoscaixa

“

**É pela audácia dos que lutam
que a história escreve suas leis**

”

Agassis Almeida

COLABORADORES/AS - OUTUBRO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. Beatriz Haruka – Jornalista. Chico Buarque de Holanda – Compositor. Clarice Lispector – Escritora (*in memoriam*). Cleiton Santos Silva – Sindicalista. Elis Regina Camelo Silva – Advogada. Emir Sader – Sociólogo. Fátima Guedes – Pesquisadora. Iêda Leal – Professora. Janaina Faustino – Gestora Ambiental. José Bessa Freire – Professor. Joseph Weiss – Economista. Leonardo Boff – Escritor. Lúcia Resende – Professora. Lúcio Flávio Pinto – Jornalista. Kleyton Moraes – Sindicalista. Manuela Carneiro da Cunha – Antropóloga. Maria Leticia Marques – Escritora. Marcelo Carnevale – Jornalista. Mauro Almeida – Antropólogo. Odenir Pinto Ferreira – Indigenista. Pedro Tierra – Poeta. Ruy Guerra – Cineasta. Samuel Leão – Jornalista. Zezé Weiss – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

Jaime Sautchuk – Jornalista (*in memoriam*).

Zezé Weiss – Jornalista. Ailton Krenak – Escritor. Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. Ana Paula Sabino – Jornalista. Andréa Luisa Teixeira – Professora. Andrea Matos – Sindicalista. Ângela Mendes – Ambientalista. Antenor Pinheiro – Jornalista. Binho Marques – Professor. Cleiton Silva – Sindicalista. Eduardo Meirelles – Jornalista. Elson Martins – Jornalista. Emir Bocchino – Arte finalista e Diagramador. Emir Sader – Sociólogo. Gomercindo Rodrigues – Advogado. Graça Fleury – Socióloga. Hamilton Pereira da Silva (Pedro Tierra) – Poeta. Iêda Leal – Educadora. Iêda Vilas-Bôas – Escritora (*in memoriam*). Iolanda Rocha – Professora. Jacy Afonso – Sindicalista. Jair Pedro Ferreira – Sindicalista. José Ribamar Bessa Freire – Escritor. Júlia Feitoza Dias – Historiadora. Kleyton Moraes – Sindicalista. Kretã Kaingang – Líder Indígena. Lucélia Santos – Atriz. Lúcia Resende – Revisora. Maria Maia – Cineasta. Rosilene Corrêa Lima – Jornalista. Samuel Pinheiro Guimarães Neto – Diplomata. Trajano Jardim – Jornalista.



CONSELHO GESTOR

Agamenon Torres Viana – Sindicalista. Eduardo Pereira – Produtor Cultural. Janaina Faustino – Gestora Ambiental. Joseph Weiss – Economista.

Ainda não foi dessa vez. O Brasil elegeu 91 deputadas federais, 4 senadoras e uma governadora – com destaque para um aumento de 17,7% do número de deputadas – nessas eleições de 2022. Conforme levantamento da Mídia NINJA, a esquerda elegeu 32 deputadas federais, a senadora Teresa Leitão (PT-PE) e a governadora Fátima Bezerra (PT-RN). Ainda assim, as mulheres continuam extremamente sub-representadas no Congresso brasileiro.

Entretanto, os avanços obtidos – o número de mulheres eleitas deputadas federais corresponde à maior quantidade de deputadas eleitas em toda a história do Brasil –, especialmente na representação indígena, que passa de uma para quatro deputadas (sendo uma de direita), das mulheres negras, que elegeram oito parlamentares, e da população trans que, pela primeira vez na nossa história, conseguiu eleger duas deputadas federais, devem servir de estímulo para fortalecer a luta contra as desigualdades étnicas e de gênero vividas pela sociedade brasileira.

Na matéria de capa desta Xapuri 96, produzida por mim, com a colaboração de Janaina Faustino e Maria Letícia Marques, celebramos a conquista das mulheres, especialmente as do campo democrático de esquerda, que se elegeram para a Câmara de Deputados, para o Senado e para o Governo do Rio Grande do Norte. Ao mesmo tempo, alertamos para a importância de ampliar e consolidar os mecanismos de incentivo ao voto feminino, para garantir a inclusão nos mecanismos nacionais de poder para as mulheres, que são mais da metade do eleitorado brasileiro.

É isso, gente. No mais, a revista segue variada e, espero, bonita, como em todos os meses. Boa Leitura!



Zezé Weiss – Editora

Jaime Sautchuk – Editor (in memoriam)

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental - Comunicação de Resistência Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.814.-500 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 8135 6822. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: 5.000 exemplares. Circulação: Revista Impressa - Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri.info. Distribuição - Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.





Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

Toda vez que recebo a revista me surpreendo com a qualidade das matérias sempre tão atuais. Parabéns, mais uma vez!

Maria Cândida Soares – Ubatuba – SP

Camiseta linda com material incrível!

Lucas Santos – Goiânia – GO

Comprei o livro do Elson Martins e estou encantada.

Jacira da Silva Coimbra – Uberlândia – MG



Revista Xapuri

Imagem do mês

@revistaxapuri

@emirbocchino

Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

Xapuri 96

SOCIOAMBIENTAL **OUT 22**

08 **CAPA**
Mulheres ampliam bancada no Congresso Nacional

20 **CONJUNTURA**
A anti-política gerou a força da extrema direita

15 **BIODIVERSIDADE**
Bichos de cabelo: os "da mata" e os "de casa"

22 **CONSCIÊNCIA NEGRA**
Eleição de militantes do MNU significa o direito de construir justiça no Brasil

18 **AMAZÔNIA**
Cronologia temática: a história da Amazônia no dia a dia

24 **HISTÓRIA SOCIAL**
Zequinha do Pinduca

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

26 **HOMENAGEM**
Sonhar mais um sonho impossível

28 **GASTRONOMIA**
Bobó de palmito

30 **MEIO AMBIENTE**
Sinais de Chegadas

31 **CONTO INDÍGENA**
História da mucura

34 **RESISTÊNCIA**
A volta por cima de Renato Freitas

35 **LITERATURA**
Quero...

36 **RESISTÊNCIA INDÍGENA**
Pataxó: quando fogo e palavras se cruzam

39 **MITOS E LENDAS**
A lenda do Urutau segundo o povo Guarani

42 **UNIVERSO FEMININO**
Márcia Mura – a palavra como flecha

45 **COMPORTEAMENTO**
A latitude da moralidade

46 **POLÍTICA**
Sob bandeiradas, um acorde aos miseráveis

MULHERES AMPLIAM BANCA DA FEMININA NO CONGRESSO NACIONAL

Zezé Weiss, Janaina Faustino, Maria Leticia Marques

Ainda não foi dessa vez. O Brasil elegeu 91 deputadas federais, 4 senadoras e uma governadora – com destaque para um aumento de 17,7% do número de deputadas – nessas eleições de 2022. Conforme levantamento da Mídia NINJA, a esquerda elegeu 32 deputadas federais, a senadora Teresa Leitão (PT-PE) e a governadora Fátima Bezerra (PT-RN). Ainda assim, as mulheres continuam extremamente sub-representadas no Congresso brasileiro.

Observando esse parâmetro, a Câmara dos Deputados brasileira deveria ter pelo menos 135 depu-

tadas. O crescimento da bancada feminina não acompanhou, proporcionalmente, a participação das mulheres candidatas nas chapas partidárias – 34,9% dos e das postulantes à Câmara dos Deputados –, que contou com 3.718 candidaturas elegíveis.

Dados da UPI de agosto de 2022 colocam o Brasil no 146º lugar na

participação de mulheres na política, entre os 193 países analisados. Na América Latina, Cuba e México têm os melhores desempenhos, com 53,4% e 50% dos assentos parlamentares ocupados por mulheres. Definitivamente, nossos números não são nada bonitos e deixam nosso país bem mal na fita.

Entretanto, os avanços obtidos – o número de mulheres eleitas deputadas federais corresponde à maior quantidade de deputadas eleitas em toda a história do Brasil –, especialmente na representação indígena, que passa de uma para quatro deputadas (sendo uma de direita), das mulheres negras, que elegeram oito parlamentares, e da população trans que, pela primeira vez na nossa história, conseguiu eleger duas deputadas federais, devem servir de estímulo para fortalecer a luta contra as desigualdades étnicas e de gênero vividas pela sociedade brasileira.





Um país onde mais 52% das pessoas são mulheres; mais de 56% da população é composta por pessoas pretas e pardas; 1,9% ou 4 milhões de cidadãos e cidadãs (segundo estudo da Unesp) são pessoas transgênero ou não binária; e 900 mil são indígenas (conforme estimativas do IBGE), carece de uma legislação eleitoral que incentive cada vez mais as candidaturas femininas.

Hoje, os partidos são obrigados por lei a indicarem 30% de mulheres em suas chapas eleitorais, e as candidaturas femininas têm direito a 30% dos recursos do Fundo Eleitoral e 30% do horário eleitoral de rádio, além de, a partir das eleições deste ano, os votos dados a candidatas mulheres contarem em dobro para a distribuição do Fundo Partidário e do tempo de TV dos Partidos. Esse arcabouço legal, que começa a mostrar resultados, precisa ser cumprido e ampliado para eleições futuras.

DEPUTADAS FEDERAIS

A bancada feminina na Câmara dos Deputados será composta por 91 mulheres a partir de 2023. É uma bancada maior do que a eleita em 2018, de 77 mulheres. As mulheres vão representar 17,7% das cadeiras da Câmara dos Deputados. Hoje, a representação é de 15%, no mesmo universo de 513 parlamentares.

A Federação PT-PCdoB-PV foi a que mais elegeu candidatas para a Câmara dos Deputados, foram 21 mulheres (18 do PT e 3 do PdoB), um percentual de 31,25% do total de 80 parlamentares eleitos/as pela Federação. O PL vem em seguida, com 17 deputadas federais.

DEPUTADAS INDÍGENAS

Três mulheres indígenas foram eleitas no campo da esquerda: Célia Xakriabá (Rede-MG); Juliana Cardoso (PT-SP); e Sônia Guajajara (PSOL-SP), com mais de 156 mil votos.



Foto: Bruno Figueiredo/Área de Serviço

O Amapá elegeu a bolsonarista Sonia Waiãpi (PL-AP), com menos de 6 mil votos. Joênia Wapichana (Rede-RR), a única parlamentar indígena da atual legislatura, conquistou 11.221 votos e não se reelegeu para um segundo mandato. Mesmo obtendo uma votação expressiva, 24.941 votos, Vanda Witoto (Rede-AM) não conseguiu se eleger.

Com isso, embora a bancada feminina indígena tenha quadruplicado, a Amazônia perde sua única representante indígena progressista no Congresso Nacional.

CÉLIA XAKRIABÁ

Professora, militante dos direitos indígenas, doutora em antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e líder indí-

gena, Célia Xakriabá, do PSOL de Minas Gerais, foi a primeira indígena eleita deputada federal pelo estado, com 97.297 votos.

Ao conhecer o resultado das eleições, Célia celebrou em suas redes sociais:

"Hoje entramos pra história! Primeira deputada federal indígena eleita pelo estado de Minas Gerais, e iniciamos um novo momento da história da democracia neste país com a eleição de pelo menos três mulheres indígenas para o Congresso Nacional. Vamos com tudo para esse novo ciclo de luta, ARIÁTÃ!"

No Twitter, a Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), celebrou a vitória da deputada: "A vitória [de Célia] veio com a força dos nossos encantados. Vai ter Bancada do Cocar, sim!"



Foto: divulgação

JULIANA CARDOSO

Primeira mulher indígena eleita na história do PT, Juliana Cardoso, é educadora, militante dos movimentos sociais e sindical e vereadora pelo PT na cidade de São Paulo. Eleita deputada federal por São Paulo com 125.517 votos, Juliana é filha de mãe negra e pai indígena, originário da etnia Terena. Juliana vem de uma família petista, lutadora das pautas populares. Seguindo os passos de seu pai, o líder indígena Jonas Cardoso, conhecido como Juruna, Juliana começou a militância política em Sapopemba, bairro da periferia da zona leste de São Paulo, onde nasceu e cresceu. Jonas foi assassinado enquanto carregava Juliana no colo, quando ela tinha apenas seis anos de idade. No mesmo dia e na mesma hora, outros parentes indígenas de Juliana foram mortos da mesma forma em Mato Grosso do Sul. Eleita deputada federal, Juliana se soma à Bancada do Cocar em defesa dos direitos indígenas e das populações periféricas.

SÔNIA GUAJAJARA

Eleita com 156.695 votos, Sônia declarou em suas redes sociais: "São Paulo, nós conseguimos!" A primeira mulher indígena eleita como deputada federal pelo PSOL-SP faz parte da Bancada do Cocar e se propõe a "aldear corações e mentes para construir um novo Brasil". Apontada este ano como uma das 100 pessoas mais influentes do mundo pela Revista Time, em 2018 Sonia concorreu à Vice-Presidência da República na chapa de Guilherme Boulos (PSOL-SP), o deputado federal mais votado por São Paulo em 2022.



Foto: APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

DEPUTADAS LGBTQIAP+

Daiana Santos (PCdoB-RS), Dandara (PT-MG), Duda Salabert (PDT-MG) e Erika Hilton (Psol-SP) são as quatro mulheres LGBTQIAP+ eleitas para a Câmara Federal. Duda e Erika fazem história porque serão as duas primeiras parlamentares trans no Congresso Nacional.

Segundo levantamento da plataforma VoteLGBT, também foram eleitas 14 mulheres da comunidade para as assembleias legislativas nos estados. Com esse resultado, o número de deputadas LGBTQIAP+ no Legislativo dobrou, passando de 9 em 2018 para 18 em 2022.



Fotos: divulgação

DEPUTADAS NEGRAS

Daiana Santos (PCdoB-RS); Carol Dartora (PT-PR); Erika Hilton (PSOL-SP); Benedita da Silva (PT-RJ); Dandara (PT-MG); Taliria Petrone (PSOL-RJ); Jack Rocha (PT-ES); Marina Silva (REDE) são as mulheres negras eleitas deputadas federais nas eleições de 2022.

São apenas 8, em um universo de 94 parlamentares eleitas. Uma queda de 38% em comparação com 2018, quando foram eleitas 13. Apenas duas negras foram reeleitas, ambas pelo Rio de Janeiro: Benedita da Silva, do PT, e Taliria Petrone, do PSOL. Mas há também muitas notícias boas.

Dandara (PT-MG) chega do Congresso Nacional depois de ser a vereadora mais votada em Uberlândia, Minas Gerais, nas eleições de 2020.

Carol Dartora (PT-PR), Jack Rocha (PT-ES) e Daiana Santos (PT-RS) tornam-se as primeiras deputadas federais pretas eleitas por seus estados.

Marina Silva (REDE-SP), ex-ministra do Meio Ambiente de Lula, volta ao parlamento depois de 11 anos.

Erika Hilton (PSOL-RJ) e Duda Salabert (PDT-MG), as primeiras deputadas trans do Brasil, eleitas com votações recorde em seus estados, são negras.



Fotos: divulgação

DEPUTADAS DO MST

Embora esta matéria trate, essencialmente, das mulheres eleitas para o Congresso Nacional, cabe destacar a presença política das primeiras mulheres do Movimento Sem Terra eleitas deputadas estaduais pelo MST, ambas do Partido dos Trabalhadores: Rosa Amorim (PT-PE) e Marina do MST (PT-RJ).

Militante do MST desde criança, Rosa Amorim, 25 anos, é a candidata mais jovem lançada pelo Movimento. Negra e lésbica, nascida no Assentamento Normandia, no agreste Pernambucano, a também estudante de teatro pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) será a primeira Sem-Terra a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Paranaense de família mineira, Marina veio do Paraná para o Rio de Janeiro em 1996, para ajudar a fundar o MST no estado. “Sou filha e parteira do MST e esta conquista expressa os quase 40 anos de acúmulo das lutas que nosso Movimento tem. Vamos cumprir com muita responsabilidade a condução desse legado”, afirmou Marina, logo depois de ser eleita.

Em sua primeira incursão na disputa eleitoral, o MST fez história em 2022. Da 15 candidaturas próprias que registrou em 12 estados brasileiros, sete foram eleitas, incluindo as 2 deputadas estaduais já citadas, além de 3 deputados federais: Valmir Assunção (PT-BA); Dionilso Marcon (PT-RS) e João Daniel (PT-SE); e dois deputados estaduais, Missias do MST (PT-CE) e Adão Preto (PT-RS).



Foto: Ricardo Stuckert/Divulgação



Foto: Olivia Godoy/Divulgação

SENADORAS

Em 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou 53 candidatas do sexo feminino ao Senado, um percentual de 22,5% dos e das concorrentes à Casa. O índice ficou abaixo do mínimo de 33% esperado para as candidaturas femininas em todos os cargos, mas subiu quando comparado a 2018, quando as mulheres eram 17,6% das candidatas ao Senado.

Este ano foram eleitas quatro senadoras, uma da oposição, Teresa Leitão (PT- PE), com mais de 2 milhões de votos; e 3 da base aliada do governo: Professora Dorinha (União-TO); Tereza Cristina (PP-MS); e Damares Alves (Republicanos-DF). Dorinha e Tereza Cristina substituirão duas mulheres, Simone Tebet (MDB-MS) e Kátia Abreu (PP-TO).

Com isso, a partir de fevereiro de 2023, a bancada feminina fica menor – ocupará somente dez das 81 cadeiras do Senado, duas a menos que no início da atual legislatura, quando eram 12. Quatro senadoras terminam o mandato em 2022: Mailza Gomes (PP-AC), Maria do Carmo Alves (PP-SE), Nilda Gondim (MDB-PB) e Simone Tebet (MDB-MS).

Das atuais dez titulares, seis mantêm-se no cargo até 2027. Somadas às eleitas, serão 10 senadoras a partir de 2023 (12,3% do total de parlamentares). Permanecem nos cargos de senadoras até 2027 Daniella Ribeiro (PSB-PB), Eliziane Gama (Cidadania-MA), Leila Barros (PDT-DF), Mara Gabrilli (PSDB-SP), Soraya Thronicke (União-MS) e Zenaide Maia (Pros-RN).

TERESA LEITÃO

O PT elegeu uma senadora em 2023, Teresa Leitão, a primeira mulher da história de Pernambuco a ser eleita para o Senado. Teresa Leitão está em seu quinto mandato como deputada esta-



Foto: divulgação

dual pela Assembleia Legislativa de Pernambuco, tendo sido eleita pela primeira vez em 2002.

Filiada ao PT desde 2000, o único partido de sua carreira política, a hoje professora aposentada da rede estadual de ensino é formada em pedagogia pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicamp).

Sua militância política começou no movimento sindical, onde atua desde 1984. Ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe), que ajudou a fundar, Teresa foi também diretora da Associação dos Orientadores Educacionais de Pernambuco.

GOVERNADORAS

Duas mulheres nordestinas governarão seus estados a partir de 2023 (em 2018 foi eleita apenas uma).

Fátima Bezerra (PT) foi reeleita governadora do Rio Grande do Norte com 58,3% dos votos válidos e, em Pernambuco, Marília Arraes (Solidariedade) e Raquel Lyra (PSDB) disputam o segundo turno das eleições para o governo.

No Amazonas, a candidata a vice-governadora Anne Moura, indígena, manauara e secretária nacional de mulheres do PT, disputa o segundo turno ao lado de Eduardo Braga.

FÁTIMA BEZERRA

Fátima é formada em pedagogia e, antes de se eleger para cargos públicos, exerceu o magistério como professora da rede pública de ensino municipal de Natal. Feminista, negra e lésbica, Fátima faz parte das 38 mulheres que disputaram governos de Estado (os candidatos homens foram 223).

Aos 67 anos, a governadora já ocupou os cargos de deputada estadual por dois mandatos e deputada federal por três. Fátima também já foi senadora, mas deixou o cargo ao ganhar as eleições para o governo do Rio Grande do Norte em 2018.

Ao celebrar sua vitória em 2022, Fátima postou nas redes sociais: "Que emoção! Gratidão, gratidão por cada abraço, olhar de esperança e confiança depositados em nosso projeto. Essa vitória é o reconhecimento do trabalho árduo que estamos fazendo para arrumar a casa. As urnas confirmaram o que as ruas já anunciavam!"



Foto: divulgação



Zezé Weiss - Jornalista Socioambiental. Editora da Revista Xapuri.



Janaina Faustino - Gestora Ambiental.



Maria Leticia Marques - Escritora.





BICHOS DE CABELO: OS “DA MATA” E OS “DE CASA”

Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida

Os bichos de cabelo, que correspondem aproximadamente aos mamíferos, subdividem-se em “famílias” de animais agrupados a partir dos critérios mencionados na morfologia, nos hábitos e ambientes.

Assim, dentro do grupo dos bichos de cabelo, há os grupos dos gatos, dos cachorros, dos ratos, dos porcos (todos com membros, “da mata” e “de casa”); dos macacos, dos tamanduás, das mucuras (sem equivalentes “de casa”); há tipos isolados (o cuandu) e os grandes animais – antas e veados – que, embora haja análogos “de casa”, não têm nome em comum com eles.

No interior desses amplos grupos de animais aparentados, existem categorias que apontam para tipos (macaco-de-cheiro, soim-branco, paca-concha ou paca-china); e finalmente há “qualidades”. O grupo dos macacos compreende os macacos propriamente ditos (distinguindo-se os macacos dos macacos-soins) e também ani-

mais eventualmente classificados como macacos por suas características morfológicas, de hábito e ambiente – por exemplo preguiças, quati, bule-bule (ou quincaju).

Analogamente, o grupo dos ratos compreende os ratos legítimos (os ratos da mata e os de casa); ao raciocinar e refletir sobre as categorias de animais, o grupo dos ratos é ampliado para incluir bichos que “são ratos” por sua morfologia e hábitos: “Todos os bichos que roem são um tipo de rato: a paca, a cutia, o quati-puru... Todo bicho que rói só tem dois dentes, dois em cima e dois embaixo; eles só têm amolagem (dentes incisivos)”, diz Seu Lico seringueiro. Os morcegos são às vezes assimilados aos ratos (porque são gerados “de rato”).

Os grupos dos porcos, gatos, cachorros e ratos compreendem claramente os grupos silvestres e domésticos. Pelo contexto, sabe-se quando o seringueiro se refere aos bichos da mata ao falar “porco”,

“gato” ou “rato”, é mais comum qualificar dizendo “porco de casa” ou “gato de casa” do que acrescentar “porco da mata” ou “gato da mata”.

O grupo que reúne a anta, o veado e os porcos (caaitu e queixada) não têm um nome único baseado no critério de morfologia e hábito, embora os seringueiros reconheçam que são “bichos de unha”; nesse caso, o termo “caça” coincide com esse grupo morfológico.

Os bichos de cabelo caracterizam-se por terem quatro pés – ficam assim excluídos os botos – e serem animais que dão à luz e mamam.



Manuela Carneiro da Cunha

– Antropóloga. Excertos de artigo publicado no livro *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos da Populações*, Companhia das Letras, 2002.



Mauro Almeida

– Antropólogo. Excertos de artigo publicado no livro *Enciclopédia da Floresta – O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos da Populações*, Companhia das Letras, 2002.



Foto: Erika Kokay / Divulgação

ERIKA KOKAY:

BANCÁRIA, SINDICALISTA E DEPUTADA FEDERAL

Kleyton Morais

Nessas eleições de 2 de outubro, nossa companheira Erika Kokay, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi reeleita Deputada Federal por Brasília, com 146.092 votos.

Bancária, sindicalista (e também psicóloga), Erika Jucá Kokay foi presidenta do Sindicato dos Bancários de Brasília (1992-1998) e da Central Única dos Trabalhadores - CUT-DF (2000-2002).

Filiada ao PT desde 1989, Erika foi eleita Deputada Distrital em 2002 e 2006.

Como parlamentar da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Erika presidiu as Comissões de Direitos Humanos e da Defesa dos Direitos do Consumidor, e foi líder da bancada do PT por duas vezes, em 2005 e 2009.

Em 2010, foi, pela primeira vez, eleita Deputada Federal, com 72.651 votos. Releita em 2014, 2018 e 2022, Erika vai agora para o seu quarto mandato, em defesa dos Direitos Humanos, da Cultura, do Meio Ambiente, das lutas sindicais e da qualidade de

vida para as gerações presentes e futuras.

Feliz Mandato, Deputada Erika Kokay!



Kleyton Morais -
Presidente. Sindicato
dos Bancários do
Distrito Federal.





Foto: Divulgação



CRONOLOGIA TEMÁTICA: A HISTÓRIA DA AMAZÔNIA NO DIA A DIA

Lúcio Flávio Pinto

Para muitos e muitas de nós jornalistas, ambientalistas e militantes das causas sociais e ecológicas, o jornalista Lúcio Flávio Pinto é exemplo, referência e lição permanente de vida.

Seus textos lúcidos, sempre primorosos e apaixonantes, forjam reflexões e fomentam a ação das pessoas que, de uma forma ou de outra, militam em defesa a Amazônia, agora podem ser encontrados também em seu novo site AMAZÔNIA HOJE - A NOVA COLÔNIA MUNDIAL:

<https://amazoniahj.wordpress.com/>.

Como tudo o que Lúcio Flávio Pinto escreve e faz, o texto de apresentação do blog é absolutamente imperdível. Veja a seguir:

Aos 65 anos de idade e quase 50 anos de jornalismo, senti a necessidade de criar este blog. A partir da minha base de dados, acumulada por tanto tempo, espero criar uma cronologia da história recente da Amazônia. É também uma forma de avivar a memória para uma história que ainda está em curso, mas, de tão intensa, costuma ser esquecida.

Com base em informações da imprensa - local, nacional e internacional - este blog reconstituirá acontecimentos marcantes na saga iniciada nos anos 1960, através da consolidação de eixos de penetração (e destruição) por terra na Amazônia, com sua cadeia de efeitos, desde o maior desmatamento da história da humanidade até a destruição de povos nativos. Tudo isso para criar atividades

produtivas que possam resultar em exportações crescentes de recursos naturais e divisas para alimentar o crescimento quantitativo do Brasil.

O material foi baseado na imprensa, citando-se a fonte ao final de cada texto, cuja elaboração é inteiramente original. Na forma com que se apresenta, o texto preservou apenas as informações relevantes, que já se cristalizaram como história. Os aspectos deletérios foram expurgados para que cada texto se torne fonte perene de referência e possa ser usado sem necessitar de atualizações. Ele é um momento já consolidado do processo histórico.

O acúmulo de dados permitirá a formação de uma verdadeira enciclopédia da história contemporânea da região. Espero que o leitor se manifeste sobre a iniciativa. O retorno será importante para a continuidade dessa nova série retrospectiva.

Vá lá e contribua para que o blog cresça e reflita a história que é e, também, a história que queremos construir, à nossa imagem e semelhança.

FONTES: *O Estado de S. Paulo (SP); Folha de S. Paulo (SP); Gazeta Mercantil (SP); Jornal da Tarde (SP); Folha do Meio Ambiente (SP); O Globo (RJ); Jornal do Brasil (RJ); Correio da Manhã (RJ); O Liberal (PA); A Província do Pará (PA); Diário do Pará (PA); O Estado do Pará (PA); Folha do Norte (PA); Folha Vespertina (PA); Arquivo Pessoal.*



Lúcio Flávio Pinto - Jornalista e Cronista da Resistência na Amazônia. Introdução ao texto por Zezé Weiss. Matéria publicada originalmente em <https://amazoniareal.com.br/>.



Foto: Mauro Pimental/ AFP / Divulgação

A ANTI-POLÍTICA GEROU A FORÇA DA EXTREMA DIREITA

Emir Sader

A extrema direita veio para ficar. Era um fenômeno marginal, quase folclórico no Brasil. Agora ocupa um espaço significativo na política e na sociedade brasileira.

Quando se constituíram na Europa as forças políticas fundamentais, seu reflexo no Brasil, pelo lado da extrema direita, a liderança de Plínio Salgado. No

próprio assédio ao Getúlio, na sua ascensão ao poder, ao lado da chamada "intentona comunista", estava uma tentativa de irrupção política do integralismo, que foi igualmente derrotado.

Em vários momentos surgiram líderes carismáticos de extrema direita - de que o próprio Jânio Quadros era uma tentativa -,

que catalisaram momentaneamente descontentamentos e depois desapareceram. Na re-democratização, partidos como o PMDB, o PFL, o PT, o PSDB, davam consistência relativa a um sistema político que emergia da anti-política da ditadura militar.

As disputas eleitorais entre o PSDB e o PT protagonizaram as



disputas políticas no espectro institucional instaurado pela nova Constituição brasileira. A limitação mais profunda da redemocratização no Brasil residiu em que ela se limitou ao restabelecimento do sistema político liberal, sem democratizar mais nada no país mais desigual do continente mais desigual.

Os governos do PT avançaram na luta contra as desigualdades sociais e regionais de maneira inédita no país. Pela primeira vez se dava um processo de ascensão social das camadas mais pobres da população e das regiões mais postergadas do país.

Daí a capacidade do PT de, uma vez eleito para a presidência do Brasil, conseguir se reeleger democraticamente, opondo seu modelo anti-neoliberal ao neoliberal, que os tucanos insistiam em defender, apoiados pelas outras forças da direita.

Esse movimento teve, nas mobilizações de 2013, seu primeiro grande momento de inflexão. Lutas que se iniciaram com mobilizações estudantis contra a alta das tarifas de transporte rapidamente ganharam uma conotação diferente, pela atuação decisiva dos meios de comunicação, que incentivaram e deram destaque às reivindicações contra a política.

Esta tinha lemas que favoreciam essa transformação, como aqueles de “O gigante despertou” – como se nada tivesse ocorrido no país nos 10 anos anteriores –, ou “Contra tudo isso que está aí” – forma de se opor aos governos do PT. A direita se deu conta de que havia uma outra forma de lutar contra os governos do PT, começando a ensaiar o abandono da disputa eleitoral, em que ela colecionava derrotas.

Depois da reeleição da Dilma, a direita, de maneira mais decisiva, buscou um atalho para derrubar o PT, cansada dos reveses eleitorais. Foi retomada a onda da anti-política, do anti-partidos, canalizada contra os governos do PT e contra o governo da Dilma, especificamente.

Se valeram das medidas do começo do segundo mandato da Dilma, além das tentativas de questionar a contagem de votos e outras atitudes dos tucanos – perdedores uma vez nas eleições –, para avançar o clima de desestabilização do governo da Dilma, retomando continuidade com os movimentos e os lemas de 2013.

Contaram também com a falta de uma consciência política democrática do povo, que teria levado a, mesmo se discordando do começo do segundo mandato da Dilma, tivesse se mobilizado para defendê-la, porque ela tinha sido reeleita democraticamente para um segundo mandato. O questionamento do mandato dela era um questionamento à democracia, sistema que tinha permitido, pelo voto da maioria, os governos do PT.

Combinando denúncias promovidas pela mídia – contra a corrupção, contra a política, contra uma suposta incompetência da Dilma para gerir a crise econômica, somada à virada do MDB para uma linha golpista e a pautas bomba que implantavam a ingovernabilidade –, com mobilizações de classe média em vários lugares do país, magnificadas pelos meios de comunicação, gestou-se o clima do golpe, mascarado de impeachment, sem nenhum fundamento legal.

O resultado foi a dinâmica política que levou à eleição de um político – até ali marginal – de extrema direita, que tinha mais apoio que os tucanos, que tinham sido enxotados das manifestações da Avenida Paulista. O clima agressivo de ódio aos adversários, assumido nessas manifestações, encontrava no candidato escolhido sua expressão mais aberta.

O elogio ao golpe, às torturas, sua homenagem ao maior torturador ao votar, em cadeia nacional, pelo golpe contra a Dilma consolidava o clima de ódio, de hostilidade à democracia, ao Judiciário, aos meios de comuni-

cação, aos adversários políticos e, particularmente, ao PT.

O processo que levou, do golpe contra a Dilma à eleição do Bolsonaro, passando pela prisão e impedimento do Lula – favorito para ganhar no primeiro turno – de ser candidato, as irregularidades gigantescas na campanha presidencial de extrema direita, toleradas pelo Judiciário, desembocou em um governo de extrema direita no Brasil.

Lula sempre apontou como a crítica da política levava sempre a algo pior do que a política – a alternativas ditatoriais, fascistas, nazistas. Foi o que aconteceu no Brasil.

Os partidos tradicionais – MDB, PSDB – despencaram, levando o sistema político a uma profunda crise de representação, substituídos por políticos aventureiros de extrema direita, livre atiradores, que se projetam pela internet, com todos os drones e fake news possíveis e imagináveis.

O PT sobreviveu, mesmo atacado sistematicamente ao longo de mais de 10 anos por todos os meios de comunicação, com acusações falsas, porque representava a alternativa democrática, porque tinha na liderança do Lula a afirmação de que havia alternativas para o Brasil. Porque tinha ficado na memória do povo como um tempo muito melhor para todos.

A luta agora é pelo restabelecimento da democracia, pelo resgate de um outro tipo de fazer política, pelo prestígio do PT e do Lula como forças renovadoras de um cenário político tão degradado pela extrema direita e pelos meios de comunicação tradicionais. Uma tarefa enorme, mas da qual depende o futuro do Brasil por toda a primeira metade do século XXI.



Emir Sader - Sociólogo. Cientista político. Membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri.



CONSCIÊNCIA NEGRA

NAJARA COSTA
Codeputada Estadual
Movimento Pretas PSOL/ SP

ANDREIA DE JESUS
Dep. Estadual
PT/MG

MATHEUS GOMES
Dep. Estadual
PSOL/RS

CAROL DARTORA
Dep. Federal PT/ PR

JACK ROCHA
Dep. Federal PT/ES

SIMONE NASCIMENTO
Codeputada Estadual
Bancada Feminista PSOL/SP

RENATA SOUZA
Dep. Estadual
PSOL/RJ

VERÔNICA LIMA
Dep. Estadual PT/RJ

LÍVIA DUARTE
Dep. Estadual
PSOL/PA

DANI MONTEIRO
Dep. Estadual PSOL/RJ

TALÍRIA PETRONE
Dep. Federal PSOL/RJ

DANDARA TONANTZIN
Dep. Federal
PT/MG

VOZES NEGRAS NO PARLAMENTO

MILITANTES DO MNU MUDANDO O PARLAMENTO

VITÓRIA, NOSSA!

Lula+
PRESIDENTE 13



ELEIÇÃO DE MILITANTES DO MNU

SIGNIFICA O DIREITO DE CONSTRUIR JUSTIÇA NO BRASIL

Iêda Leal

Vocês ocupam o Parlamento num momento histórico do Brasil. Contam com o acúmulo do passado do movimento negro, as formulações do Movimento Negro Unificado, as articulações e a construção no presente e farão, no coletivo, grande diferença tanto no futuro do MNU como do País e do Planeta.

O MNU agradece a entrega das candidatas e do candidato que se submeteram às eleições e venceram. Agora, a luta se processará no Congresso e nas Assembleias Estaduais.

Vocês representam a luta concreta do MNU, a batalha antirracista, antipatriarcal, antissexista, antimisoginia, contra o genocídio do povo negro, por reparação e políticas afirmativas, contra a intolerância religiosa. Serão responsáveis por conquistas necessárias, que articuladas por propostas parlamentares, seja de ação política direta ou de políticas públicas, representam, sobretudo, o direito por construir justiça, a garantia de direito e, principalmente, pelo bem-viver no Brasil e no planeta.

Continuem contando com a coordenação nacional, como também com a militância do MNU. Vocês ocupam o Parlamento num momento histórico do Brasil. Contam com o acúmulo do passado do movimento negro, as formulações do Movimento Negro Unificado, as articulações e a construção no presente, e farão, no coletivo, grande diferença tanto no futuro do MNU como do País e do Planeta.

É incontestável a relevância da eleição de candidatas e candidatos das fileiras do MNU para a condução das pautas históricas que, no entanto, se mostram mais atuais do que nunca, fundamentais para o povo negro e para o conjunto da nação brasileira, principalmente no que diz respeito a ter os seus direitos assegurados e melhores condições de luta pelo bem-viver.

Estamos, com muito esforço, por nossa própria conta, ainda que longe de ser justa, elevando a representatividade da população negra no país: 56,2%, nos espaços de poder. "Negros e negras querem o poder para transformar a sociedade em uma verdadeira democracia participativa, antirracista".

CANDIDATAS ELEITAS E CANDIDATO ELEITO MILITANTES DO MNU

- 1. DANDARA TONANTZIN** – Deputada Federal PT-MG
- 2. CAROL DARTORA** – Deputada Federal PT-PR
- 3. TALÍRIA PETRONE** – Deputada Federal PSOL-RJ
- 4. JACKELINER ROCHA** – Deputada Federal PT-ES
- 5. ANDREIA DE JESUS** – Deputada Estadual PT-MG
- 6. DANI MONTEIRO** – Deputada Estadual PSOL-RJ
- 7. LÍVIA DUARTE** – Deputada Estadual PSOL-RJ
- 8. MATHEUS GOMES** – Deputado Estadual PSOL-RS
- 9. NAJARA COSTA** – Codeputada Estadual Movimento Pretas PSOL-SP
- 10. RENATA SOUZA** – Deputada Estadual PSOL-RS
- 11. SIMONE NASCIMENTO** – Codeputada Estadual pela Bancada Feminista-SP
- 12. VERÔNICA LIMA** – Deputada Estadual PT-RJ



Iêda Leal – Secretária de Combate ao Racismo da CNTE; Secretária de Comunicação da CUT-GO; Tesoureira do SINTEGO; Coordenadora Nacional do Movimento Negro Brasileiro.





Imagem: Trecho Filme "Antonio das Mortes"/ Divulgação

ZEQUINHA DO PINDUCA

Altair Sales Barbosa

Antes da construção de Brasília, final da década de 1950 e início dos anos 1960, os meios de transportes rodoviários e ferroviários praticamente não existiam no Centro-Oeste brasileiro.

O pouco de malha rodoviária ligava apenas alguns pontos considerados politicamente importantes, e a rede ferroviária menos ainda, qual cascavel solitária, serpenteava de um ponto a outro, alimentando, entre os dois, pequenos povoados ou simplesmente estações.

Porém, isso ocorria nos centros mais desenvolvidos. Nos chamados sertões de dentro, a comunicação era extremamente precária, mas nem por isso deixava de existir.

Contribuía para esta situação a inexistência de infraestrutura viária, incluindo a inexistência de pontes, onde a fatura de água nos rios era um obstáculo.

Apesar de tudo, a comunicação e o comércio existiam entre os povoados, vilas e pequenas cidades, que se constituíam em polos com várias denominações locais. A trilha para quem vinha da Bahia em direção a Formosa em Goiás, e vice-versa, conduzia obrigatoriamente em direção a um sinistro e temido local denominado Serra do Pinduca.

Este nome se originou porque no local existia um próspero, valente e temido proprietário conhecido pelo nome Zequinha do Pinduca. Sua propriedade era local obrigatório de parada e pouso dos tropeiros. Não tinha outra opção, mesmo que se estudassem outras possibilidades de trajeto, era como se fosse um funil em direção a Formosa.

Contam os antigos que Zequinha do Pinduca tinha a fama de acolher bem os tropeiros, oferecia a estes pouso gratuito, alguma comida e redes para dormirem. Porém, durante a noite, quando os tropeiros descansavam e estavam desprevenidos, seus capangas os atacavam, matavam todos e juntavam o gado com o gado de Zequinha.

Dessa forma, Zequinha do Pinduca foi construindo sua pequena fortuna. Dizem que várias caravanas de tropeiros foram desmanteladas da mesma forma. Como a comunicação era difícil, a notícia não se espalhava rapidamente, por isso a situação se repetia.

Mesmo os tropeiros avisados eram presas de emboscadas dos capangas de Zequinha do Pinduca. Alguns conseguiram sobreviver para contar a história, outros não tiveram a mesma sorte.

Contam que, certa ocasião, um vaqueiro oriundo do povoado do Mocambo, situado na Bahia, sobrevivente de uma das emboscadas, organizou uma caravana de tropeiros em direção a Formosa, cidade de intenso comércio conhecida à época como Formosa dos Couros, em função do comércio deste produto.

Só que os tropeiros que integravam tal caravana, na sua maioria, eram jagunços treinados, dos coronéis do Vale do São Francisco. E assim, o vaqueiro do Mocambo organizou a caravana. Ao chegar à Serra do Pinduca, os tropeiros da dita caravana foram logo bem acolhidos pelo pessoal do Sr. Zequinha.

Organizaram o acampamento no local previamente cedido, armaram as redes, jantaram e se portavam como se nada acontecesse.

Mais tarde, após alguma rodada de prosa fingiram que iriam dormir. Esperaram pacientemente os jagunços de Zequinha do Pinduca fingirem que também iriam para seus locais dormir.

Aproveitaram a distração destes e, numa manobra rápida, saíram das redes e colocaram nestas toras de madeira e ficaram na espreita.

Algum tempo depois, chegaram sorrateiramente os jagunços de Zequinha, todos empunhando afiados facões. Simultaneamente desferem golpes mortais sobre as redes.

Neste momento, os disfarçados tropeiros aparecem armados de cravinote e chumbeira e desferem tiros certos nos jagunços de Zequinha do Pinduca.

Zequinha conseguiu fugir, nunca mais foi visto. Após o acontecimento, a trilha para Formosa ficou livre.

Entretanto, pouco tempo depois, já começou o movimento para a construção de Brasília e a função de tropeiro foi paulatinamente desaparecendo na região.

Contam que Zequinha do Pinduca veio a falecer na década de 1970 no município de Formosa. Morreu como um desconhecido. No seu velório compareceram apenas duas pessoas.



Altair Sales Barbosa - Doutor em Antropologia / Arqueologia. Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás. Pesquisador Convidado da UniEvangélica de Anápolis.





SONHAR MAIS UM SONHO IMPOSSÍVEL

Chico Buarque e Ruy Guerra

(versão de *The Impossible Dream*,
de Joe Darion e Mitch Leigh)

Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo, cravar esse chão
Não me importa saber
Se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer
Por um pouco de paz
Amanhã se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu delirar
E morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão.



BOBO DE PALMITO

Beatriz Haruka e Samuel Leão

MODO DE PREPARO

A receita deste mês é um prato que tem influência portuguesa, com o azeite de dendê trazido pelos africanos e a mandioca, ingrediente típico da culinária dos índios nativos. Dessa mistura de ingredientes e técnicas, surge um cozido super cremoso e saboroso. A receita tradicional leva camarão, mas nesta vegana colocamos palmito fresco, outro ingrediente típico das terras tupiniquins. Como resultado temos um bobó bem mais leve.

INGREDIENTES

Palmito fresco cortado em rodelas - 5 xícaras (600 g)

Mandioca descascada e cortada em cubinhos - 2 ½ xícaras (400 g)

Cebola cortada em cubinhos - 1 média (100 g)

Tomate cortado em cubinhos - 2 médios (200 g)

Pimentão cortado em cubinhos - ½ médio (40 g)

Leite de coco - 2 xícaras (500 ml)

Suco de limão - 2 colheres de sopa (30 ml)

Azeite de dendê - 1 colher de sopa (15 ml)

1. Em uma panela de pressão, coloque a mandioca e cubra com água. Leve ao fogo médio e cozinhe até ficar macia.

2. Escorra a água e espere esfriar um pouco. Transfira para o liquidificador e adicione o leite de coco, bata bem até obter um creme homogêneo. Reserve.

3. Em uma panela grande, aqueça o azeite de dendê e refogue a cebola até murchar.

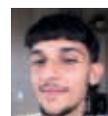
4. Acrescente o tomate, o pimentão e o sal. Misture bem e refogue mais um pouco.

5. Adicione as rodelas de palmito, o suco de limão e o creme de mandioca. Misture bem e cozinhe por cerca de 10 minutos depois que levantar fervura.

6. Desligue o fogo e finalize com coentro, salsinha ou cebolinha, se preferir.



Beatriz Haruka -
Ativista Alimentar.



Samuel Santos Leão e Silva -
Jornalista.

**BIA DE LIMA
BIA DO SINTEGO
BIA DO PT
BIA DE LUTA!**

**ELEITA
DEPUTADA ESTADUAL
COM 24.391 VOTOS.
GRATIDÃO, GOIÁS.**

FELIZ MANDATO, BIA!



SINAIS DE CHEGADAS

Odenir Pinto de Oliveira

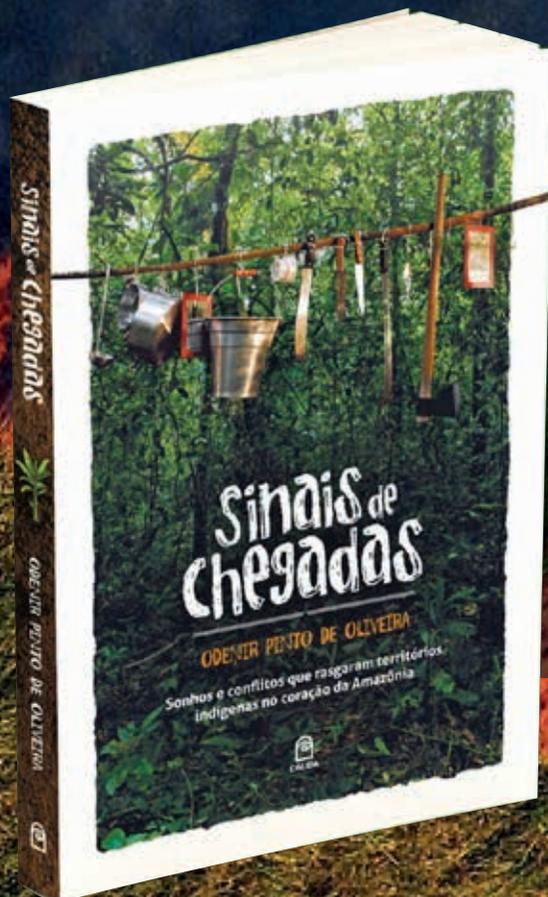
Uma perna de cada vez para atravessar o mundo quando se é qualquer vivente e não se tem asas. Arara, porém, que herdou sem querer o espírito de Gabriel, teve de passar grande parte de sua vida pousada no mourão da porteira que dava entrada ao garimpo da gruta da serra das Araras. Bem mais tarde, o mesmo espírito incorporou na harpia que, em todos os entardeceres, com suas longas asas, riscava o

penhasco e as encostas da serra, até o dia em que desapareceu na imensidão, no meio do sol que se punha, e o espírito de Gabriel teve de girar na direção da serra do Cachimbo, que se debruça sobre a floresta amazônica, e foi obrigado a se incorporar num jacurutu para ficar de um só lado. Então, pôde presenciar o começo da maior transformação da natureza, no último milênio, em decorrência da ação humana:

Em nenhum lugar da Terra, num prazo de 20 anos, tanta floresta foi destruída, com extrema brutalidade e sentimento de ódio – pensou o Jacurutu.



Odenir Pinto Ferreira – Indigenista e Escritor. Prefácio do capítulo I do livro *Sinais de Chegadas – Sonhos e conflitos que rasgaram os territórios indígenas no coração da Amazônia*. Editora Cálida, 2ª edição, 2021.



Sinais de Chegadas é um romance histórico baseado em fatos verídicos. A narrativa se dá no Brasil, quando o governo federal promove o povoamento e a ligação do país com a região amazônica, por meio de rodovias.

Porém, era de conhecimento que por onde passaria uma dessas rodovias havia áreas habitadas por “índios gigantes”. A fim de estabelecer contato com esses povos e assim possibilitar não só a construção de rodovias, como também ocupar essas regiões, foi criado oficialmente um grupo de homens de origens, passados e objetivos bem diversos e enviados para a região.

Em meio a esse pano de fundo, o autor adentra com propriedade nas profundezas da alma das personagens: lembranças, sonhos e conflitos que transcorrem regidos pelo tempo das matas, dos mitos e dos indígenas.

Odenir Pinto de Oliveira é indigenista e atuou em diferentes regiões do país, especialmente nas atividades de demarcação e proteção de territórios indígenas e, mais recentemente, na defesa do patrimônio material e imaterial desses povos.

Adquira pelo site: <https://tantatinta.com.br/livro/sinais-de-chegadas/> ou pelo telefone (65) 999965714.



HISTÓRIA DA MUCURA

Um dia a mucura estava morrendo de fome.

- O que será que eu vou comer? - pensou no finzinho da tarde.

À noite, sentada no alto da árvore, descansando, ela escutou o canto de um jacamin.

- Vou buscar esse bicho pro jantar - falou e foi pro chão, talear entre os arbustos. Foi mexendo, mexendo, até agarrá-lo.

- Tem um nó, mas não tem par - observou.

- Isso daqui é cana de arumã, não são pernas de jacamin... concluiu e soltou!

O jacamin é uma ave que costuma descansar em pé com uma perna só. Assim ele escapa da mucura, que sempre se engana com isso.

Aqui termina essa história.

História da Mucura - Conto creditado a Guiré no livro *Histórias Tuyuka de rir e de assustar*. Associação Escola Indígena Utapinozona Bueriwi Aaitu, 2003.







AMOR, CUIDADO E CONSCIÊNCIA POLÍTICA NESTE OUTUBRO ROSA

Elis Regina Camelo Silva

Governo Bolsonaro não investe em políticas públicas para as mulheres. Devemos colocar na presidência um representante que tenha compromisso com as mulheres e um olhar estratégico para elas, e que as priorize

O mês de outubro chegou e com ele a campanha do Outubro Rosa, trazendo-nos preciosos lembretes.

Um deles é que o diagnóstico precoce de nódulos e anomalias é o método mais eficiente para a cura do câncer de mama.

Que é muito importante realizar as consultas semestrais com especialistas, ginecologistas ou mastologistas. Assim como os exames anuais de mamografia (a partir dos 40) e ultrassonografia das mamas (a partir dos 30).

Outro lembrete é adquirir o hábito de pausar, reservar momentos para observar a si mesma e observar o próprio corpo. Seu corpo é seu abrigo, não deixe de cuidar dele com carinho.

A realização mensal do autoexame é um ato simples, mas muito eficaz. É um ato de amor com seu corpo e com todos que te amam.

A vida passa depressa, não permita que a correria do dia a

dia faça com que você esqueça coisas essenciais: sua saúde e seu bem-estar.

Lembrando ainda que a conscientização do maior número de mulheres diminui bastante a incidência de câncer de mama.

Neste mês de outubro, algo muito importante também é ter consciência política, entender que o governo atual, desde o início do seu mandato, não investe em políticas públicas para as mulheres. Pelo contrário, promove cortes drásticos nos recursos de proteção às mulheres. E acaba de cortar verba de ações para as mulheres em até 99% no orçamento de 2023. A redução na verba de combate ao câncer de mama foi de 45%, passando de 175 milhões para 97 milhões em 2023. Uma retirada de R\$ 78 milhões para bancar orçamento secreto.

Está mais que evidente que a política para as mulheres nunca

foi uma prioridade para o governo de Jair Bolsonaro.

Façamos deste mês de outubro o mês das conscientizações: conscientização de que o amor começa nos detalhes, de que cuidar-se é a melhor maneira de se amar e ser feliz!

Conscientização de que devemos colocar na presidência deste país um representante que tenha compromisso com as mulheres e tenha um olhar estratégico para as políticas voltadas para elas, e as priorize.



Elis Regina Camelo Silva
- Secretária da Mulher da Federação dos Bancários do Centro-Norte (Fetec-CUT/CN).



FETEC CUT
Centro Norte



Foto: Rodrigo Fonseca/Câmara Municipal de Curitiba

A VOLTA POR CIMA DE RENATO FREITAS

Zezé Weiss

“Fé em Deus e nas atitudes certas, o resto é consequência.”

Post de Renato Freitas no Twitter, celebrando sua eleição para Deputado Estadual pelo Paraná.

Depois de uma longa luta na Justiça, o vereador Renato Freitas, vereador cassado pela Câmara Municipal de Curitiba, conseguiu reverter a decisão judicial no dia 1º de outubro, justo às vésperas da eleição, e é agora deputado estadual eleito pelo Paraná com 57.880 votos.

A candidatura de Renato Freitas a deputado estadual foi aceita sete dias depois que a cassação do seu mandato de vereador foi anulada e seu mandato foi restabelecido pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Renato havia perdido o mandato em junho deste ano, como resultado de um procedimento na Câmara de Curitiba por “falta de decoro” pela suposta “invasão” da Igreja Nossa Senhora dos Pretos, durante uma manifestação antirracista no último mês de fevereiro.

No dia 5 de julho, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) suspendeu a sessão da CMC que cassou o mandato do vereador. Um mês depois, no dia 5 de agosto, Renato Freitas perdeu novamente o mandato na Câmara de Curitiba, por 23 votos favoráveis.

Em 23 de setembro, o ministro Luís Roberto Barroso determinou o restabelecimento do mandato do vereador, o que não tinha sido cumprido até o dia da eleição, em consequência de ação impetrada junto ao STF pela defesa de Renato.

Parabéns, Renato Freitas, pela volta por cima!



Zezé Weiss - Jornalista Socioambiental.



Quero...

Pedro Tierra

*Quero meus olhos ardendo como estrelas
frente aos espelhos rotos capazes ainda
de captar alguma réstia de luz.
Quero seguir acendendo as fogueiras
dos acampamentos como quem move
mecanismos de amanhecer.*



Pedro Tierra -
Poeta. Membro do
Conselho Editorial
da Revista Xapuri.

PATAXÓ:

QUANDO FOGO E PALAVRAS SE CRUZAM

— José Bessa Freire



Imagens: TãQuiPrati

“Pataxó é água da chuva batendo na terra, nas pedras, e indo embora para o rio e o mar”.
(Kanátýo Pataxó. Txopai e Itôhã. 1997)

Sentado num lugar que a pudibundez me impede nomear, começo a fazer meu exercício cotidiano de Palavras Cruzadas – um brinde diário da *Folha S. Paulo* a seus assinantes. Dizem que essa atividade fortalece o cérebro e reduz o risco de doenças mentais. Funciona como uma academia de musculação não do corpo, mas da alma, ou melhor, da cognição. Da mesma forma que os exercícios físicos, é preciso que sejam frequentes e regulares para obter benefícios –

aconselha um amigo, filho da dona Marina e do seu Tarcísio.

Este pudibundo aqui que vos fala entra no “gabinete” com a edição da *Folha* de 30 de agosto sob o braço e, concomitantemente, vai fazendo o que tem de fazer, enquanto exercita neurônios e conexões com as cruzadinhas, iniciando pelas horizontais:

– **“Um objeto com que se desenha”** com cinco letras. Testei “Pincel”, mas sobrou uma letra. Tento outra vez: **LÁPIS**. Acertei. Tirei de letra.

– **“Casa de Negócios mal-afamada”** é a seguinte, penso nas 51 casas e mansões do Coiso compradas com “rachadinhas”, mas ignoro o nome por causa do sigilo de cem anos. No entanto, na medida em que os quadradinhos em branco vão sendo preenchidos, brotam automaticamente letras para formar outras palavras. Com ajuda delas, vejo que a resposta certa é **ARAPUCA**.

– **“Ato completamente inoportuno”**. Será que se refere ao



grito imbecil do “imbrochável” e sua misoginia criminoso? Como nomear isso em quatro letras? Deixo em branco por enquanto. Interrompo para dar um chega-pra-lá na minha gata Leona, que desenrolava o rolo de papel higiênico. Ela mia, eu prossigo:

- **“Cidade pernambucana próximo a Limoeiro”**: É fácil: **CARPINA**. Resolvi corretamente graças à visita que há anos fiz à Zona da Mata. Eu fui pra Limoeiro e gostei do forró de lá. No caminho, passei por Carpina, onde assisti uma banda de pifano. Isso a gente nunca esquece.

Depois, algo que até minhas netas pequenas sabem:

- **“(inglês) O compartimento do chuveiro”** com três letras. Sentado onde estou, olho pro meu lado, vejo e escrevo: **BOX**.

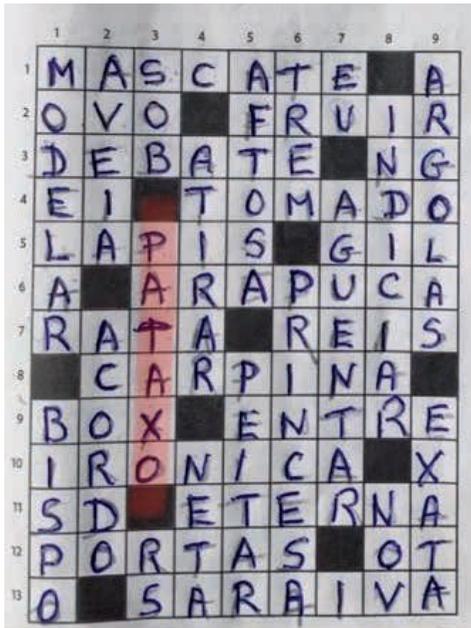
- **“Sarcástica”** com sete letras é comigo mesmo: **IRÔNICA**.

O FOGO DE 51

No entanto, feitas as Horizontais, a coisa começa a feder nas palavras que foram se formando nas Verticais. Diante do comando: “Um indígena de **tribo** (sic) **já extinta da BA e do ES**”, apareceu **PATAXÓ** de forma assustadora.

Extintos? Como assim, se o Censo Demográfico 2010 do IBGE registra um total de 13.588 pessoas Pataxó? O Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) da Funasa calcula a existência, em 2022, de mais de 15.000 Pataxó que vivem em 36 aldeias distribuídas em seis Terras Indígenas de quatro municípios da Bahia e em três de Minas Gerais. Por que o autor do jogo de **Palavras Cruzadas da Folha** extinguiu de uma canetada milhares de indígenas?

Desde o período colonial, muitas tentativas de extermínio ocorreram, como aquele mais recente que ficou conhecido como o Fogo de 51, ocorrido há 71 anos no Sul da Bahia. Todas as casas da aldeia de Barra Velha próxima a



Porto Seguro foram incendiadas, seus moradores presos, torturados e chicoteados por tropas da Polícia, muitas mortes. Mulheres sangravam com talhos na cabeça. Os sobreviventes do massacre organizaram a resistência e a retomada das terras invadidas.

Esses Pataxó foram, então, reconhecidos formalmente na década de 1970. Hoje, apresentam várias formas de resistência, cantando e dançando o *Awê*, com coreografia diversificada. Inspirados nos “Jogos Indígenas Nacionais” criaram edições anuais dos “Jogos Indígenas Pataxó”, com diferentes modalidades esportivas e culturais, cujo lema é “celebrar e não competir”: futebol, corrida de tora e maracá, arremesso de tacape, arco e flecha e outras. Festejaram várias conquistas relacionadas à terra, escola, língua.

OS FANTASMAS

A língua da família linguística Maxakali, do tronco Macro-Jê, que estava anêmica, foi repescada e revitalizada. O *Patxohã* – “Língua de Guerreiro” – passou a ser usado desde a década de 1990 na Escola Indígena de Barra Velha, junto com os cânticos, as danças e os rituais, assim como em escolas de outras aldeias, cujo

número cresceu, graças à retomada de parcelas do seu território tradicional. Embora ainda não tenha ocorrido a regularização fundiária de todas as terras, em cada aldeia funciona uma escola.

Uma professora, a Mestra Japira Pataxó, em fevereiro deste ano recebeu da Universidade Federal de Minas Gerais o título de doutora por notório saber. Com quatro colegas, fez parte da banca de doutorado de Japira Pataxó, líder política, xamã, curadora, condutora de cantos e danças, contadora de histórias de seu povo e autora do livro “Saberes das terras Pataxó: da Beira Mar à Mata Atlântica”. A *Folha*, com as Palavras Cruzadas exterminadoras, foi mais eficaz que os massacres coloniais e o Fogo de 51, ao garantir que Mestra Japira não existe.

Mas ela está viva. Seu neto Vitor Braz, de 22 anos, é que foi assassinado a tiros em Porto Seguro, em março. O autor dos disparos foi identificado e diz-que a polícia começou a procurá-lo. Um mês depois, Iris Braz, 44 anos, tio de Vitor, foi baleado e morreu. A mídia, extremamente chorosa com a morte da Rainha Elizabeth, 96 anos, minimizou todas essas mortes Pataxó. Não se trata de “algumas” mortes, mas de um genocídio em curso.

Não foram atos isolados. O pataxó Gustavo da Silva, adolescente de 14 anos, foi morto a

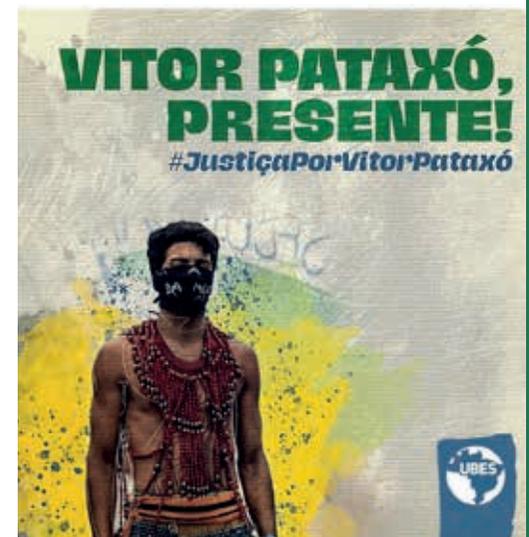




Foto: Divulgação

tiros no último domingo (4), três dias antes da comemoração do bicentenário da Independência. "Independência pra eles, morte para nós" – escreveu em sua coluna da *Folha Txai Surui*, cuja terra indígena se chama ironicamente "Sete de Setembro". Em nota, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) denunciou pistoleiros que cometeram o crime com armas calibre 12, 32, fuzil ponto 40 e bomba de gás lacrimogêneo.

Os caciques Pataxó igualmente exigiram a identificação e criminalização dos "assassinos de nossos parentes, os agentes locais que operam na propagação de mentiras e fake news para dar suporte e justificar a violência". Eles informaram que "os autores dos disparos, que já chegaram ao local em um Fiat Uno, permanecem na região, ameaçando lideranças indígenas".

DESCRUZANDO AS PALAVRAS

Se Gustavo, Vitor e tantos outros Pataxó estavam extintos, então não houve crime. Ninguém pode matar quem não existe. Na verdade, o Pataxó de 14 anos foi

morto duas vezes: pela bala de fogo e pela palavra cruzada, que tem o poder de fixar preconceitos.

O jogo de Palavras Cruzadas me foi apresentado no então Curso Primário do Colégio Aparecida, não lembro mais se pela irmã Dolores, no 1º ano C, ou pela irmã Paula, no 2º ano. Seu uso em sala de aula como suporte pedagógico e lúdico estimula o pensamento, a linguagem, a ortografia, a memória, e desperta a curiosidade, o que facilita a construção do conhecimento. Desde criança, tomei gosto pela coisa.

Há alguns anos, retomei os exercícios diários, prática reforçada quase em tom de brincadeira – ele é um gozador – em uma conversa com o médico José Augusto Messias, professor titular na área de Clínica Médica da Faculdade de Ciências Médicas da UERJ, ex-presidente da Associação de Gastroenterologia do Rio de Janeiro e membro da Academia Nacional de Medicina, quando apresentou a memória "Câncer gástrico: entre o desejo e a realidade".

Nesses tempos de negacionismo, vale lembrar que ele é membro da

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da *New York Academy of Sciences*, da *American Association for the Advancement of Science*, da *National Geographic Society* e fundador da Sociedade Brasileira de Endoscopia Digestiva. No entanto, sua maior titulação é ser filho da dona Marina e do seu Tarcísio, o que confere um peso imensurável às suas palavras, que não são cruzadas.

A *Folha* nos oferece uma ocasião para pensar na responsabilidade que palavras, dicionários, livros, jogos de entretenimento e lazer têm de estabelecer "verdades", que contradizem a ciência e a história e acabam circulando no senso comum. Os Pataxó estão vivos.

Quando terminei o jogo das cruzadinhas, fiz o contrário do Rei Charles III: levantei-me do trono. Indignado, rasguei o fogo cruzado da *Folha* e puxei a descarga.



José Bessa Freire – Escritor, membro do Conselho Editorial da Revista Xapuri, em <http://taquiprati.com.br/>



A LENDA DO URUTAU SEGUNDO O POVO GUARANI

Zezé Weiss

Diz a lenda que houve, em tempos muito distantes, uma linda moça Guarani, chamada Nheambiú, filha de um importante cacique do povo Guarani.

Certo dia, Nheambiú se apaixonou por um prisioneiro político dos Guarani, o bravo guerreiro Tupi chamado Cuimbaé.

Nheambiú implorou a seu pai que a deixasse casar com Cuimbaé, mas o pedido foi negado, porque o moço era do povo Tupi, inimigo histórico dos Guarani.

Desesperada, Nheambiú fugiu para o meio da floresta. O cacique então mobilizou todos os homens

da aldeia para procurar sua filha. Quando, depois de muito tempo, a encontraram, Nheambiú estava totalmente paralisada e muda, como se fosse uma estátua de pedra.

Como Nheambiú não reagia a nenhum estímulo, o cacique chamou o pajé, que informou seu pai que a moça havia perdido a fala para sempre e que só uma grande dor a faria recuperá-la.

Todo mundo então passou a contar histórias tristes para Nheambiú, que continuava muda. Então chegou uma hora em o pajé disse: Cuimbaé acaba de ser morto!

Naquele mesmo momento, o corpo de Nheambiú tremeu todo e ela começou a chorar. A força dos lamentos da jovem indígena transformou todo mundo que estava ao seu redor em árvores secas, enquanto ela se tornou um Urutau, que saiu voando.

Desde então, noite após noite, o Urutau vai pousando nos galhos secos das árvores da floresta, soltando seus tristes lamentos de dor.



Zezé Weiss - Jornalista Socioambiental. Releitura e edição da lenda, editada com base em texto de Jussara Melo, publicado em <https://noamazonaseassim.com/lenda-do-urutau-contada-pelo-povo-guarani/>



15 DE OUTUBRO

Dia da Professora e do Professor

Este Dia da Professora e do Professor - 15 de outubro - ficará marcado na história de vida, docência e luta dos profissionais da educação pública como o ano da reinvenção. Depois de dois anos de dificuldades e desafios para reinventar e transformar o ensino-aprendizado, professoras e professores provaram que a luta pela educação gratuita, pública, laica e de qualidade é prioridade, apesar da desvalorização imposta ao setor pelo atual governo federal e apoiadores nos estados.

Ao esperar, professoras e professores assumem o papel fundamental que move o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, de proporcionar uma educação libertadora.

Sim, este é o ano da reinvenção do ensino, da resistência e da esperança!

Paulo Freire, o patrono da educação brasileira, afirmou: “a amorosidade de que falo, o sonho pelo qual brigo e para cuja realização me preparo permanentemente, exigem em mim, na minha experiência social, outra qualidade: a coragem de lutar ao lado da coragem de AMAR!”

Em todos os momentos, você, professora e professor, cultiva o amor, a esperança e o conhecimento, porque sabe que eles são revolucionários e necessários para emancipar oprimidos. Parabéns pelo ato de coragem em escolher a profissão do amor, da luta e da esperança.

Feliz dia da Professora e do Professor!



SIN - SINDICATO DOS PROFESSORES
NO DISTRITO FEDERAL

Centenário da SEMANA DE ARTE MODERNA

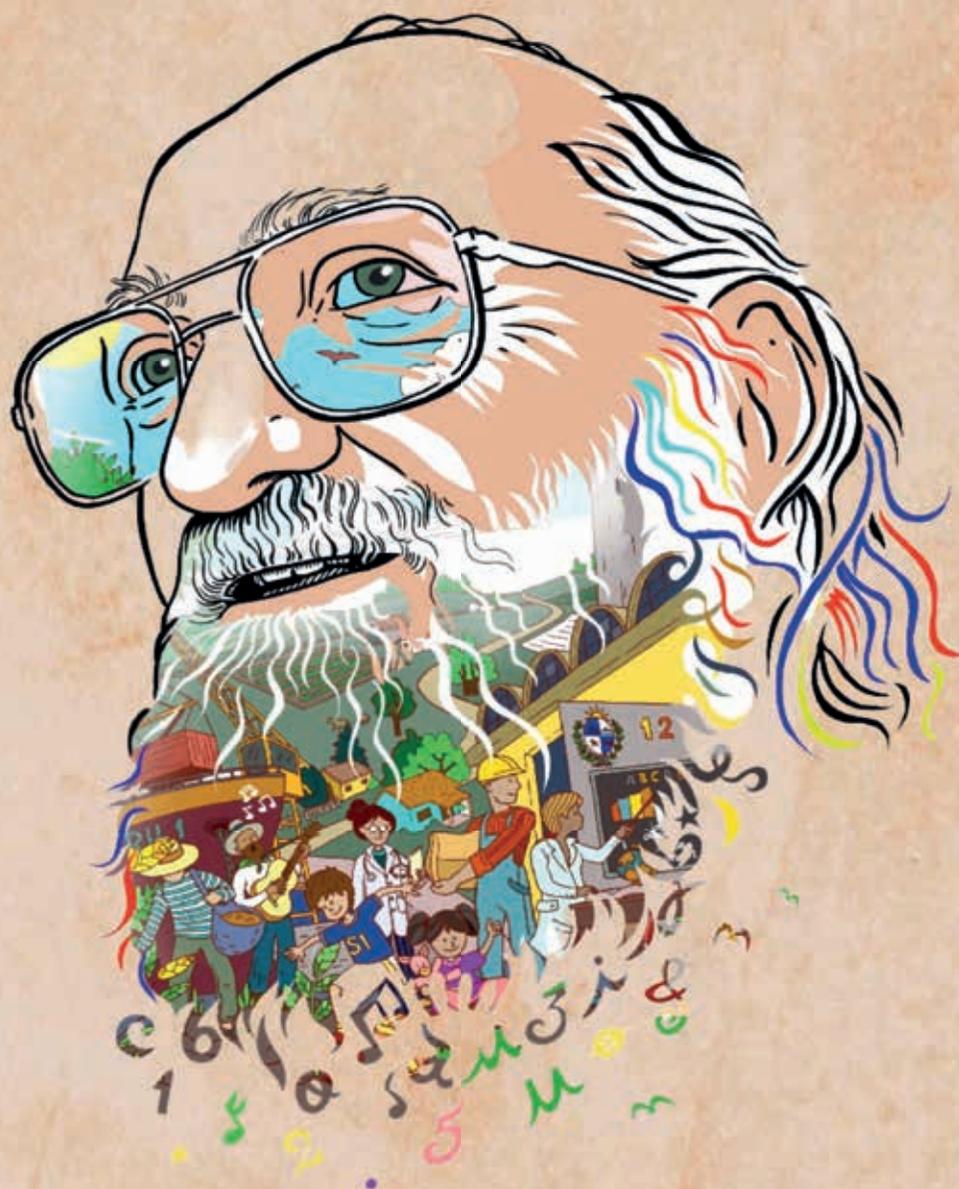
Filial do:
CUT
CITE

43
ANOS



CUT
CITE

*Apaixonados por transformar,
Educando!
Orgulho de ser professora e professor.*





MÁRCIA MURA — A PALAVRA COMO FLECHA

Marcelo Carnevale/Amazônia Real

A tela do Zoom trouxe o olhar atento e as marcas de expressão de um rosto que sorri, mesmo quando os desafios são permanentes. A habilidade de Márcia em me acolher como seu interlocutor, com o cumprimento *Puranga Karuka* (boa tarde) em nheengatu, deu o tom do nosso encontro. Sagaz no manejo dos fios da ancestralidade, capaz de traçar imagens, conexões, gestos, como num bordado que ponto a ponto foi revelando o seu tesouro: a força do legado Mura.

A conversa nos remeteu rapidamente para Nazaré, distrito que a escritora escolheu como residência para dar conta do seu “movimento de interiorização”. Trata-se de uma comunidade a 150 quilômetros do centro de Porto Velho, na região do Baixo Madeira, com população em torno de 550 habitantes, composta por 130 famílias.

Segundo Márcia, as pessoas desse vilarejo se identificam como

ribeirinhas, mas na sua avaliação são muitas as camadas sobrepostas pela sociedade não indígena fazendo com que esse núcleo pendule entre o urbano, o consumismo da vida capitalista, e a percepção indígena, seu modo de ser e a interligação com o ambiente inteiro. Também existe “uma Nazaré mais interna, da floresta”.

É nesse pedaço que a vida em comunidade assume o tom restaurativo para quem já viveu em



de, *Curumins e cunhantãs livres de Nazaré e Caminho de volta.*

“ARCO E FLECHA PARA GUERREAR”

O rio Madeira como território ancestral Mura aparece na poesia da autora, que considera sua produção situada entre “o espaço acadêmico e a sociedade não indígena”. Ao refletir sobre a própria escrita, pensa a literatura indígena como o lugar de fala, de existência, resistência e território. Para a escritora, o exercício da escrita permite também uma conexão com outras parentas indígenas que escrevem em defesa da partilha de uma percepção de mundo, dos corpos-territórios, dos territórios, “por isso o arco e flecha para guerrear se for preciso”.

Não falta guerra no cotidiano de Márcia Mura. Quando se mudou para Nazaré, seu desejo foi o de retomar uma vida mais próxima da natureza e da origem da própria família. Uma reconexão com o território Mura que se apoiava, dentre outras fontes de sobrevivência, no roçado, nas trocas comunitárias e na realocação da sua matrícula como professora da rede pública de ensino.

São mais de 20 anos de magistério, e os últimos 5 anos dando aulas em Nazaré, na Escola Estadual Professor Francisco Desmorest Passos. Instituição que articulou a remoção da professora sob a queixa de Márcia insistir na temática indígena para os estudantes. A manobra operada pela direção e pela coordenação pedagógica do Núcleo de Educação do Campo resultou numa sindicância por abandono de emprego, por conta da recusa da professora em se mudar do vilarejo, abrir mão da própria casa, do roçado, da vida comunitária, e assumir um novo posto na capital Porto Velho.

Um jogo de forças que extrapola as tensões sobre as divergências pedagógicas, o direito à liberdade de cátedra, e coloca no centro da disputa o direito de pensar a educação no contexto comunitário do rio Madeira. Nesse caso, pensar corpo como território, o corpo da professora ativista indígena como limite e potência do saber ancestral Mura, no exercício de

muitos lugares, inclusive no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (Crusp), alojamento estudantil localizado na Cidade Universitária, em 2014, época do doutorado. “Eu fiquei o ano inteiro e levei meus filhos de forma ilegal, eles já tinham 17 e 20 anos, levei assim mesmo”, revela com um sorriso suave de quem assume convictamente as próprias escolhas como ato político.

Se a pequena Nazaré representa uma dessas escolhas, a agenda ativista coloca a educadora e escritora num nomadismo calculado. Sua movimentação obedece a um traçado que a princípio parece errante no mapa geopolítico brasileiro, mas coerente com a geografia “Mura de Pindorama”, como ela faz questão de ressaltar.

Dessa forma, sua narrativa se inscreve no território a partir da movimentação do seu próprio corpo. “Eu subi o rio há três semanas para visitar meu filho e a família dele com a minha nova netinha, na Resex Ouro Preto (Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, área de 204.583 hectares em Rondônia). Participei de um puxirum (mutirão) com eles. Trabalhei no roçado, nos cuidados com a neném. Depois a gente foi para um ato em defesa dos rios, protestamos contra as hidrelétricas. É muita coisa que acontece ao mesmo tempo”.

Márcia Mura faz parte de um comitê em defesa da vida na bacia do rio Madeira, numa luta constante contra a imposição de duas hidrelétricas na região: a binacional que envolve uma parceria com o governo da Bolívia, no rio Madeira, entre os municípios de Nova Mamoré e Guajará-Mirim (RO) e a hidrelétrica Tabajara, no rio Machado, em Machadinho D'Oeste (RO), a cerca de 300 quilômetros de Porto Velho, mais próxima de Nazaré e que, na sua avaliação, afetará populações tradicionais e povos isolados. “A coisa está em curso e nós também estamos em resistência”, alerta.

O RENASCER CULTURAL

A nossa conversa se deu quando Márcia estava em Porto Velho e se preparava para visitar a Terra Indí-

gena Itaparicã, no sul do Amazonas. O plano era seguir de carro por um trecho da Transamazônica e depois voltar para Porto Velho “porque tenho uma atividade *online* e depois devo descer o rio Madeira e ir até a cabeceira do Lago Uruapeara, que é o lugar de origem da minha avó, onde minha mãe está retomando um castanhal. A gente continua nessa movimentação”.

Aos poucos, o traçado dessas jornadas compostas de longas distâncias, encontros, solidariedade, protestos e arranjos comunitários faz da experiência a condição de viver o aqui e agora do território Mura. “Todas essas localidades compõem o percurso de deslocamento da minha família. Não como um resgate da tradição, mas uma recuperação e fazer renascer as memórias das nossas e dos nossos antepassados”.

Atenta à invisibilidade imposta aos povos tradicionais pelas políticas, local e nacional, contrárias à demarcação dos territórios indígenas e que impõem uma agenda desenvolvimentista, a luta da ativista mura demanda uma disposição surpreendente para protestar e reivindicar. Ora por meio da articulação com lideranças indígenas, ora pelo seu trabalho artístico que se dá em performances, *lives* e pela “escrivência”, um conceito criado pela escritora Conceição Evaristo.

“Tive contato com o conceito *escrivência* por meio da Graça Graúna. É como eu defino a minha escrita. Eu não trabalho com a perspectiva da sobrevivência, não só eu, mas vários outros parentes. Nós lutamos pelo viver bem, dentro da perspectiva do bem-viver, que faz parte da nossa constituição, da nossa maneira de se entender nesse ambiente inteiro”, diz.

A tese de Doutorado pela USP de Márcia Mura está em processo para ser transformada em um livro. A série de poemas seus foi reunida na antologia *As 29 poetas Hoje*, organizada por Heloísa Buarque de Hollanda, em 2021. A série escolhida para a antologia reúne uma seleção de poemas da autora que pelos títulos nos dão uma perspectiva do seu olhar: *Tapuinha, Parece que é Mura, Ancestralida-*

resistir cada vez mais. “Eles tiraram o meu salário, tá certo, quiseram fazer isso. Pensaram: ela vai se subjugar”.

São várias as recuperações nessa abertura para a ancestralidade capaz de sustentar uma resistência ativa e até a beligerância, como ela ressalta, na estratégia dessa reterritorialização. O pai espiritual, cacique Nelson Mura, está enterrado numa parte das terras não demarcadas, em Itaparanã.

Segundo Márcia, “ele está no mundo dos encantados demarcando o território com o próprio corpo”. Ele foi a referência no processo de reconexão, pertencimento e espiritualidade. Os filhos e netos dele fizeram o caminho de volta, saíram da cidade e retornaram para comunidade. Hoje, dão continuidade ao objetivo da luta para regularizar as terras no sul do Amazonas.

Nesse processo de renascimento de seu povo, Márcia Mura recebeu o nome de Tañamak por Namã-tuyky, que é o grande criador e guia espiritual. O significado redefine a imagem da escritora e professora como “mulher guerreira” e, segundo ela, promove uma ligação com o território de Itaparanã.

Como Tañamak, ela experimenta desejos legítimos que esbarram na ambiguidade de mundos, no hibridismo de quem circula por Pindorama e lida com a realidade brasileira. Na intimidade, como qualquer das mulheres Mura, Márcia deseja passar mais tempo na sua maloquinha, deitada na rede ouvindo os cantos dos pássaros, ficar e fazer as coisas junto das primas, viver a vida em comunidade.

No entanto, a articulação exige mais presença na cidade, no embate constante e na administração dos danos sentidos no próprio corpo-território: adoecimento, desgastes emocionais, físicos e mentais de quem está sempre à frente das articulações, em diferentes desafios da resistência Mura. Ela não mora no Itaparanã, mas está presente pela luta.

“A MALOCA QUERIDA”

A casa na qual morou a família de Márcia, em Porto Velho, se tornou

um espaço cultural de vivências, encontros e acolhimento de parentes, apresentada publicamente como “Maloca Querida”, em 2015. O endereço também serve para algumas das articulações do Coletivo Mura com o objetivo de promover a afirmação indígena e suplantar a falta de espaço para a transmissão do saber oral e das tradições nas escolas das comunidades.

O Coletivo Mura funciona interconectado nas redes físicas locais. Não tem sede, endereço oficial ou redes sociais. Está em vários lugares do território e se faz por meio de outros tipos de articulações presenciais para somar, lutar e promover uma conexão com o ambiente inteiro.

Tudo é baseado no cultivo dos alimentos, da medicina tradicional, da confraternização e bem-viver. “A gente vai pro roçado e traz uma macaxeira, a gente vai lá pro fundo do quintal e tem um igarapé, pesca um mandi quando não tem outro peixe e faz um caldinho muito gostoso”, afirma.

Em Nazaré e em outras comunidades ribeirinhas, Márcia observa que a organização política se dá de acordo com a realidade local e lida com outros tipos de enfrentamento, dentre os quais estão as distâncias e os custos de locomoção e estadia em outras cidades. Algo que inviabiliza grandes movimentações. O apoio que a ativista recebe vem na maneira como eles a acolhem, no carinho e nas trocas que são estabelecidas pelo preparo dos alimentos, cantos e diálogos. O apoio vem da força de viver em comunidade.

A defesa do Lago Maravilha, do outro lado do rio Madeira e de frente para Porto Velho, segundo Márcia, abriu espaço para uma população tradicional negligenciada. “Estamos recuperando esse pertencimento indígena. Por que não querem sair de lá? Por que o lago é tão importante? Quem eram os antepassados?”

O contato com a família de dona Conceição, considerada por Márcia a guardiã do lago, representa um trabalho de recuperação de corpos, espíritos e territórios Mura, segundo a liderança. Uma família que vai buscar outros fios de memória para

tecer uma rede de fortalecimento da presença naquela região.

No limite do corpo-território, a ancestralidade indígena também está presente na capital Porto Velho, onde Márcia Mura acompanha jovens do movimento de afirmação, como Deise Lemos Carvalho, que tem memórias afetivas da avó e que foi criada dentro do contexto amazônico “mesmo que a família não tenha o sentimento de pertencimento como resultado do apagamento promovido pelo Estado”.

Revisitar essas memórias e buscar a conscientização da ancestralidade Mura é ampliar uma cartografia que expressa outros saberes e outro tipo de ocupação: dos que lá estavam antes dos seringais, antes dos não indígenas chegarem, antes da geração de energia que barra os rios e muda os ciclos que orientam as cheias, as secas, o tempo de plantar e de colher, de pescar e de ocupar.

Uma articulação que lida com a exigência de uma interiorização em si, na apreensão de um território de saberes, e com a movimentação guerreira do corpo de Tañamak pela rede que se tece como identidade mura. É o *Caminho de volta* que Márcia refaz na região do rio Madeira.



Márcia Mura - autora do livro *O espaço lembrado: Experiência de vida em seringais da Amazônia* (Edua, 2012). Recebeu o prêmio de intercâmbio cultural do Ministério da Cultura em 2010. Escritora indígena coordenadora do Coletivo Mura, formada em História pela Universidade Federal de Rondônia, tem mestrado em sociedade e cultura na Amazônia (UFAM) e doutorado em história social pela Universidade de São Paulo, na qual é pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral. Márcia também faz parte do Instituto Madeira Vivo e do Movimento das Wayrakunas do Brasil, bem como da Associação das Mulheres Guerreiras de Rondônia - AGIR.



Marcelo Carnevale - Jornalista, mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Colabora com a *Amazônia Real* (<https://amazoniareal.com.br/especiais/marcia-mura/>) desde 2016. A ilustração que abre este artigo é da artista Auá Mendes, baseada em fotografia de Xênia Barbosa.



A LATITUDE DA MORALIDADE

Clarice Lispector

A mulher maometana, se acaso se deixa surpreender por um estranho, mesmo quando sumariamente vestida, o seu primeiro gesto é cobrir o rosto e não o corpo. Achamos isso estranho, embora o gesto dela seja consistente com o nosso hábito de usar uma máscara no Carnaval, quando nos parece oportuna a proteção do anonimato. O véu que as muçulmanas usam em público é a exaltação desse mesmo desejo de encobrir a personalidade, ainda que as suas motivações sejam diferentes das de um folião.

Há não muito tempo, em Damasco, uma turba enfurecida, atirando pedras e disparando tiros, forçou a entrada em um teatro onde se exibia uma companhia francesa, em protesto contra o rosto – e não o corpo – despido das atrizes. Da

mesma forma, em fins do século passado, por ocasião de um baile de máscaras em Nova York, os convivas foram apedrejados exatamente pelo motivo oposto. E ao recorrerem à polícia, essa os advertiu que não tinham direito à sua proteção, pois estavam fora da lei.

A intensidade do senso de vergonha, como se pode deduzir dos exemplos acima, varia conforme a região. Entretanto, os modernos meios de transporte, encurtando distâncias e tornando acessíveis localidades anteriormente isoladas, tendem cada vez mais a equiparar o senso da moral. Há não muitos anos, era hábito de vários povos banharem-se em público, sem roupa alguma. Mas esse costume está rapidamente desaparecendo devido a protestos de viajantes estrangeiros.

À primeira vista, a virtude parece ser uma virtude tão absoluta e indivisível quanto, digamos, a honestidade. Na realidade, porém, a decência apresenta uma variedade de formas que dependem de fatores divergentes, como idade, hábitos, costumes, leis, época, clima, hora do dia (já imaginaram um biquíni num baile de gala?) e outros. Cada fator traz um significado adicional que desafia uma interpretação diferente.

Assim, são vagos e confusos os limites da moral, que só pode ser julgada de acordo com a sua latitude geográfica e histórica. E, mesmo assim, o julgamento é sempre precário...



Clarice Lispector (In memoriam) – Escritora, em *Correio Feminino*. Organização Maria Aparecida Nunes. Editora Rocco, 1977.

SOB BANDEIRADAS, UM ACORDE AOS MISERÁVEIS

Fátima Guedes



Foto: Divulgação

A ideia de miseráveis lembra massa ferrada, sem vez, sem voz; população seduzida por nulidades viçadas na politicagem e enriquecidas à custa do analfabetismo social e da exploração sobre oprimidos.

A atual realidade experienciada no tempo do Estado Democrático de Direito nos reporta à obra *Os Miseráveis*, de Victor Hugo, publicada em 1862, quando monarquistas

e republicanos franceses disputavam nas ruas a condução dos espaços sociais de poder. No desenrolar da obra, Jean Valjean, protagonista da obra, paga ao sis-

tema monárquico preço altíssimo, durante toda a vida, por um erro cometido na juventude.

Além de outros estigmas, o personagem também incorpora

a fragilidade de uma classe social excluída, desmerecida e ao mesmo tempo impotente para agir e reagir contra as manobras de um sistema autocrático, com vieses fascistas. Em decorrência, a mesma classe oprimida sente-se no dever de pagar com subserviências e bajulações pelas migalhas, pelas sobras, pelos descartes vomitados por senhores engenhosos.

Sob a perspectiva do escritor, Valjean fora transformado num eterno devedor daquele sistema desumanamente dominante, por ter cometido na juventude um "desvio de conduta", segundo os códigos monárquicos da época. Em princípio, "o erro" do condenado nada mais é que um direito à livre expressão de ser quem na verdade era e desejava.

Um olhar problematizador sobre nossa brasilidade traz memórias similares cujo pontapé inicial acontece no processo colonizatório: a invasão dos portugueses às terras tupiniquins mascarada de "descoberta"; a equivocada independência celebrada em sete de setembro; a implantação do modelo republicano, assim como outros marcos celebrados historicamente a partir das manipulações do colonizador. As referências em pauta comprovam as razões do imenso vazio participativo e interventivo da população colonizada, alienada – questão que nos leva a afirmar: evoluímos enquanto massa de manobra, seres manipuláveis; no entanto, ignoramos a autonomia, digital que nos reconhece senhor e senhora de si.

Entre outras imposições colonialistas impossível esquecer: a cruz cravada no coração da Mãe; a *anchietização* sobre a espiritualidade e sobre a ética das populações nativas, incluindo flora e fauna; o sistema escravagista até hoje vigente e mascarado como democrático republicano; além de outras e outras materialidades genocidas

praticadas para com a *Mãe Gentil*.

Considere-se a provocação deste mergulho crítico sobre a realidade concreta da comunidade brasileira: ao mesmo tempo em que nos revela características e aspectos destrutivos durante os processos ditos civilizatórios, se oferece também como despertar libertador à construção da soberania citada em nossa Carta Magna. É notório ainda que a dormência centenária em que se encontra a grande maioria da população é fruto de artimanhas democracias religiosas, alinhadas entre si, sob propósito de produzir miseráveis configurados em pecadores – os imperdoáveis devedores a uma ordem pública controladora de liberdades, direitos e deveres civis.

Sob a mesma percepção, os *Miseráveis* referendados por Victor Hugo são a maior parte de nossa população, em total vulnerabilidade e desvantagem de direitos. Em termos figurativos, a ideia de miseráveis lembra massa ferrada, sem vez, sem voz; população seduzida por nulidades viciadas na politicagem e enriquecidas à custa do analfabetismo social e da exploração sobre oprimidos – painel da realidade brasileira. E mais, fora de períodos eleitorais (dois em dois anos), miseráveis analfabetizados amontoados nas periferias silenciam as dores cotidianas e se submetem ao anestésico da tortura institucionalista: fome, miséria, sistema de saúde e de moradia indignos, ensino caótico, precariedade de saneamento básico e transporte, condições e acessos injustos a emprego/renda... E por aí vai. Ainda atribuem o volume de açoites à *vontade de deus*.

Chegamos à corrida eleitoral! Momento ápice para impulsionar o mercado do voto... Multidão de miseráveis deixa os casebres à mercê da sorte ou da desgraça e vai às ruas: não em protesto às injustiças sistêmicas, aos abusos de

poder, à vida indigna carregada até então; ao contrário, a multidão de miseráveis, em grande maioria mulheres, engrossa fileiras, arrisca-se como pedinte, como mendigos de direitos negados, os eternos devedores da ordem institucional... E lá se vão os miseráveis bajulando corruptos, sacudindo bandeiras, aumentando o lixo socioambiental com cartazes e informativos desprezíveis... Tudo isso em troca de centavos desviados dos cofres públicos... Há ainda outros miseráveis na fila com menos perspectivas – os *neobárbaros* do tráfico. São muitos...

Nesse instante, a Justiça Social retumba no céu da Pátria: que respaldo jurídico têm os miseráveis explorados durante as campanhas eleitorais?

Antes que o tempo físico me silencie, entrego este anúncio/denúncia ao coletivo sadio que mantém resistência na luta por Liberdade, Autonomia e Bem-Viver Universal.

Em remate: há 230 anos, a França celebra de fato e direito *Liberdade, Igualdade e Fraternidade*. Já, no Brasil, apesar de toda a discursalha de progresso, o Estado Democrático de Direito mantém a original desordem colonialista de 522 anos sob a mira do fuzil e da crucificação de miseráveis servis.



Fátima Guedes – Educadora popular e pesquisadora de conhecimentos tradicionais da Amazônia. Uma das fundadoras da Associação de Mulheres de Parintins, da Articulação Parintins Cidadã, da TEIA de Educação Ambiental e Interação em Agrofloresta. Militante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS). Autora das obras literárias, *Ensaio de Rebelião*, *Algemas Silenciadas*, *Vestígios de Curandage*, e Organizadora do Dicionário – *Falares Cabocos*. Matéria publicada originalmente no site <https://amazoniareal.com.br/>.



Foto: Divulgação



ECONOMIA DE FRANCISCO: PACTO ASSINADO PELO PAPA E PELOS JOVENS

Leonardo Boff

Depois de anos de reflexão envolvendo jovens e economistas do mundo inteiro para refletirem sobre um tipo de economia que não mate vidas da natureza e vidas humanas, mas que coloque a VIDA em sua diversidade no centro, considerando especialmente os que menos vida têm, realizou-se em Assis em fins de setembro, o grande encontro com representantes vindos de todas as partes do mundo e com a presença do Papa Francisco. Ao final das trocas e discussões, formulou-se um pacto, "A Economia de Francisco" assinado pelo Pontífice e por uma representante de todos os presentes. Publicamos aqui o texto, inspirador, uma verdadeira alternativa ao sistema imperante perverso e ameaçador do futuro da vida no nosso planeta.

"Nós, jovens economistas, empresários, transformadores, chamados aqui a **Assis** de todas as partes do mundo, conscientes da responsabilidade que pesa sobre nossa geração, nos comprometemos agora, individualmente e todos juntos, a engajar as nossas vidas para que a economia de hoje e de amanhã se torne uma Economia do Evangelho. Portanto:

uma **economia de paz** e não de guerra,

uma **economia que se opõe à proliferação das armas**, especialmente as mais destrutivas,

uma **economia que cuida da criação** e não a depreda,

uma **economia a serviço da pessoa, da família e da vida**, respeitando toda mulher, homem, criança, idoso e sobretudo os mais frágeis e vulneráveis,

uma economia onde o **cuidado substitui o descarte** e a indiferença,

uma **economia que não deixa ninguém para trás**, para construir uma sociedade em que as pedras descartadas pela mentalidade dominante se tornem pedras angulares,

uma economia que **reconheça e proteja o trabalho digno** e seguro para todos, especialmente para as mulheres,

uma economia onde a **finança seja amiga e aliada da economia real** e do trabalho e não contra eles,

uma economia que saiba como **valorizar e preservar as culturas e tradições dos povos**, todas as espécies vivas e os recursos naturais da Terra,

uma economia que **combate a miséria em todas as suas formas**, reduz as desigualdades e sabe dizer, junto com Jesus e Francisco, "bem-aventurados os pobres",

uma economia **guiada pela ética da pessoa** e aberta à transcendência,

uma economia que cria **riqueza para todos**, que gera alegria e não apenas bem-estar, porque uma felicidade não compartilhada é muito pouco.

Nós acreditamos nesta economia. Não é uma utopia, porque já a estamos construindo. E alguns de nós, em manhãs particularmente luminosas, já vislumbramos o início da terra prometida.

Assis, 24 de setembro de 2022



Leonardo Boff – Teólogo, filósofo e membro da Iniciativa Internacional da Carta da Terra.

15 DE OUTUBRO • DIA DO/A PROFESSOR/A



Transformar a educação é valorizar seus profissionais.

Nossa luta é por mais justiça fiscal e menos cortes!

28 DE OUTUBRO • DIA DO/A FUNCIONÁRIO/A PÚBLICO/A

NOS/AS
ORES/AS!

CNTE Confederação Nacional dos
Trabalhadores em Educação *Brasil*
® www.cnte.org.br

Filiada à
CUT BRASIL

Internacional
da Educação

CNE

FNPE
Forum Nacional Popular de Educação



XAPURI

CAMPANHA ASSINATURA SOLIDÁRIA

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.

VENI COM A GENTE!

**REVISTA
IMPRESSA**

ANUAL

R\$ **360**,00
12 EDIÇÕES

BIANUAL

R\$ **600**,00
24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ!

WWW.XAPURI.INFO/ASSINE

